

PELA DIGNIDADE E SAÚDE DA MULHER

A maternidade não é apenas um acto biológico. Dar à luz uma criança implica, para o seu desenvolvimento harmonioso, condições afectivas, psicológicas, económicas e sociais. Ser mãe e ser pai é um processo de duração ilimitada, um compromisso para a vida.

O resultado do Referendo do próximo dia 11 de Fevereiro determinará se a Assembleia da República irá mudar a lei que o PS até hoje impediu, ou se continuará a indigna criminalização das mulheres, como pretende o conjunto das forças do «NÃO» que defende a manutenção do aborto clandestino.

As forças do «NÃO» fingem ignorar que o que está em causa são as perseguições e os julgamentos das mulheres

O conjunto das forças que se opõe à despenalização da IVG, como aconteceu em momentos anteriores, designadamente na campanha do Referendo de 1998, usa argumentos e imagens deliberadamente chocantes e de clara manipulação dos sentimentos, inclusive religiosos, convergindo na deturpação e num desrespeito total pela verdade, pela sensibilidade e pela inteligência das pessoas, visando impedir um debate sereno e clarificador realizado em igualdade de circunstâncias.



Vote Sim!

Há muitas razões para votar **Sim!**

Votar **SIM** é:

O único voto que afirma a urgência de pôr fim às investigações, aos julgamentos e condenações de mulheres e aos riscos para a sua saúde que os circuitos clandestinos implicam para sucessivas gerações, particularmente aquelas com menos recursos económicos.

O único voto que representa o respeito pelas diversas opções presentes na sociedade portuguesa, já que a existência de uma lei despenalizadora não afrontará a consciência individual de cada um, nem obrigará nenhuma mulher a tomar decisões contra a sua vontade.

Reconhecer que a clandestinidade da prática do aborto alimenta a sua total liberalização: pratica-se sem qualquer garantia de respeito pela saúde das mulheres, sem aconselhamento em matéria de planeamento familiar e alimenta um negócio vergonhosamente lucrativo.

Reconhecer que o aborto clandestino é uma realidade que tem nefastas consequências para a saúde das mulheres e que a sua criminalização nunca dissuadiu, nem dissuadirá, as mulheres de o praticarem.

Por uma sociedade mais justa e humana

Para o PCP, a luta pela despenalização do aborto, possuindo um valor e urgência próprias, é indissociável da garantia da protecção da função social da maternidade e paternidade; da implementação nos serviços de saúde de uma adequada rede de consultas de planeamento familiar; e da implementação da educação sexual nas escolas.

É preciso continuar a lutar pelo cumprimento de direitos constitucionais que – no plano laboral, da segurança social, da habitação, da saúde e ensino – assegurem condições económicas e sociais que garantam o direito da mulher e do casal de decidirem sobre o momento e o número de filhos que desejam e podem ter.

A acção e a luta do PCP por uma sociedade mais justa e humana têm no próximo dia 11 de Fevereiro e no voto **SIM** um importante momento de afirmação deste objectivo e um inadiável passo no caminho da dignificação das mulheres portuguesas.



ABORTO CLANDESTINO EXISTE: É URGENTE MUDAR A LEI

Agora **Sim!**

Não basta estar pelo **Sim** Dia 11 de Fevereiro é preciso ir votar.

O PCP apela a todos os homens e mulheres de todas as gerações que rejeitam o aborto clandestino e inseguro, que assumam um redobrado empenho no esclarecimento e na mobilização de outros para uma expressiva votação no **SIM**.

